

Lixões e aterros sanitários: um desafio permanente na vida dos brasileiros

Postado em: 10/01/2020 às 21h12

A falta de destinação adequada do lixo é um problema comum em grande parte das cidades brasileiras, basta olhar para lado que não será difícil encontrar lixo espalhado pelas ruas. Apesar de todo o esforço e do trabalho árduo das equipes de limpeza, a falta de educação da população contribui para acúmulo de lixo, que gera impactos negativos em toda a cadeia ambiental, social e econômica. Essa situação está no cotidiano de todos, mas para onde vai todo o lixo que descartado diariamente? Essa pergunta é cheia de indagações e em muitos casos, sem uma resposta adequada.

Mais do que conscientizar a população sobre a importância do descarte adequado do lixo, é preciso que poder público invista ainda mais em medidas que erradiquem os famosos lixões. Ao todo, são três mil que podem ser encontrados em boa parte das cidades brasileiras, contaminando a água e o solo. Com esse objetivo, o Governo Federal instituiu, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Completados nove anos da promulgação da lei, pouco se avançou para conseguir alcançar as diretrizes estipuladas. A destinação inteligente de resíduos orgânicos é uma das regras que já deveria estar em vigor e, assim, destinar para os aterros sanitários apenas os rejeitos materiais que não podem ser aproveitados, como embalagens de alumínio e fraldas descartáveis. Nos lixões, os resíduos são depositados em aterros a céu aberto sem nenhum controle ambiental ou tratamento. Além de produzir o gás natural metano, um dos agravadores do efeito estufa, a decomposição da matéria orgânica gera o caldo chorume, altamente poluente. O problema também ganha contornos econômicos e sociais, pois muitas pessoas tiram seu sustento desses locais insalubres, recolhendo o lixo para reaproveitar os materiais, sujeitando-se a contaminação e doenças. Já nos aterros os resíduos são compactados e cobertos por terra. Terrenos assim têm sistema de drenagem que captam líquidos e gases resultantes da decomposição dos resíduos orgânicos. Desta forma, o solo e o lençol freático ficam protegidos da contaminação do chorume, e o metano é coletado para armazenagem e queima. Recentemente uma tecnologia japonesa tem sido considerada a melhor opção para o tratamento de resíduos sólidos urbanos, industriais, de agronegócio e hospitalar. Reduz em até 95% o volume dos resíduos e está totalmente dentro das normas ambientais. Chamada de "DTRO", trata-se de um equipamento de grande porte (6 toneladas) para decomposição de resíduos por meio de plasma frio, que pode integrar uma Usina de Tratamento de Resíduos Urbanos. Funciona com a presença de oxigênio e dispensa totalmente a utilização de lixões, que já foram proibidos desde 2010. A tecnologia tem capacidade para tratar 210 kg de lixo por hora e apenas uma máquina atende, por exemplo, as necessidades de um município de até 20 mil habitantes. Vale ressaltar que é feita a triagem de todo o resíduo antes de dar entrada no maquinário, o que torna indispensável a colaboração de Associações de Catadores de Papel. Entre os diferenciais técnicos da máquina está a redução do volume de resíduo em 95%, além de não utilizar combustíveis ou fontes de energia externa para o processo de tratamento. Ou seja: o lixo é o próprio combustível e 100% da matéria resultante é aproveitável e pode ser usado como adubos, insumos para cimenteiras, fabricação de bloquetes, entre outros. Vidros e metais são reaproveitados e vendidos como material reciclado. A utilização da máquina possibilita ainda o tratamento do Passivo Ambiental de Resíduo Urbano, localizado em aterros irregulares ou desativados. No Brasil, os estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Santa Catarina conseguiram eliminar os lixões e estão adotando medidas sanitárias que garantem o descarte e o tratamento adequado do lixo. Já Minas Gerais vive uma situação crítica e ocupa o terceiro lugar no ranking dos estados com mais lixões no Brasil, atrás da Bahia e Maranhão. Segundo o levantamento feito pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em 2017, 60,08% da população urbana era atendida por sistemas de destinação final de resíduos sólidos urbanos regularizados ambientalmente. Para combater esse cenário, fundação a investe no programa "Minas sem Lixões", que visa a adoção de metodologias e práticas a fim de mitigar os lixões e orientar os municípios a realizarem o descarte adequado dos resíduos. **(CEO - Máquinas e Equipamentos)**